



A Ciência Política nas Propostas Curriculares Estaduais de Sociologia para o Ensino Médio

*Cristiano das Neves Bodart¹
Gleison Maia Lopes²*

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar a presença dos conteúdos de Ciência Política nas propostas curriculares de Sociologia do Ensino Médio, tomando como objeto de análise as propostas dos estados da federação. Tal análise busca identificar, dentre outras questões, quais temáticas comuns à Ciência Política são normalmente sugeridas nas propostas curriculares e em quais séries deveriam ser abordadas pelos professores de Sociologia. Dentre as observações realizadas, destacamos que os temas recorrentes da Ciência Política mais presentes nas propostas curriculares de Sociologia são “cidadania”, “movimentos sociais”, “Estado”, “democracia” e “poder”. Ainda que tais temáticas estejam presentes em todo o Ensino Médio, nota-se uma maior intensidade no último ano.

Palavras-Chave: Ciência Política. Proposta Curricular. Ensino Médio. Conteúdo Escolar.

Political Science in the State Curricular Proposals of Sociology for High School

Abstract

The present article has as its objective an analysis of the presence of Political Science content in the curricular proposals of High School Sociology, taking as object of analysis the proposals of the states of the federation. This analysis seeks to identify, among other issues, which common themes are Political Science topics are commonly suggested in the curricular proposals and in which grades they should be addressed by Sociology teachers. Among the observations made, we point out that the common themes of Political Science most present in the curricular proposals of Sociology are "citizenship", "social movements", "State", "democracy," and "power". Even though such themes are present throughout High School, their presence will occur with greater intensity in the last year.

Keywords: Political Science. Curricular Proposal. High School. School Content.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) vinculado ao Centro de Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia dessa mesma instituição. E-mail: cristianobodart@hotmail.com

² Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA.

À guisa de Introdução

Não é novidade a afirmação de que o ensino de Sociologia em nível secundário foi marcado, no Brasil, por uma presença intermitente e uma recente reinserção obrigatória no currículo. Contudo, é importante frisar, para memorarmos, que em todo o período que não esteve obrigatoriamente incluída no currículo escolar, sua presença foi quase inexistente. Dito isto, defender sua obrigatoriedade é se posicionar favorável à sua real presença. Defesa que se justifica por se trata, hoje, de uma disciplina que contribui para a compreensão da complexidade da sociedade em suas dimensões sociológicas, antropológicas e políticas. Ainda que sob a égide “Sociologia”, a disciplina propõe abordar, na verdade, as três grandes áreas das Ciências Sociais.

O histórico da Sociologia escolar já é amplamente descrito em diversos trabalhos que versam sobre a Sociologia escolar, por isso apresentamos apenas uma síntese de sua trajetória a fim de contextualizar as reflexões pretendidas.

Podemos afirmar que as raízes da Sociologia escolar estão no fim do Império e início da República, nos pareceres de Rui Barbosa, em 1882, e de Benjamin Constant, em 1890. Ambos propunham sua inclusão no ensino secundário, embora não se efetivando (VILLAS BÔAS, 1998; GIGLIO, 1999; RÊSES, 2004; SILVA, 2010). Contudo, ainda que não regido por lei, há indícios de que tenha sido implantada inicialmente no final do século XIX, no Atheneu Sergipense (AZEVEDO, 1972; ALVES; COSTA, 2006; OLIVEIRA, 2013).

A inclusão oficial da Sociologia como disciplina obrigatória deu-se em 1925, sendo resultado da Reforma Rocha Vaz (Decreto n. 16.782-A, de 13/01/1925), embora sua efetividade estivesse sob a autonomia dos estados. Essa inclusão ocorreu, mais especificadamente, no último ano do curso complementar destinado aos interessados em obter o grau de bacharel em Ciências e Letras. Nos anos de 1931, por meio da Reforma Francisco Campos (Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931), a Sociologia foi incluída nos demais cursos complementares (BODART, 2015). Nesse período, sua presença como disciplina obrigatória no ensino secundário foi relativamente curta, sendo retirada após Reforma Capanema, em 1942 (BODART, 2015).

O período seguinte (1942-1981) caracterizou-se pela ausência da Sociologia como disciplina obrigatória no ensino secundário (SANTOS, 2004), contudo, manteve-se presente no curso normal como Sociologia Educacional (MORAES, 2003).

Apenas a partir de 1981, identificamos uma reinserção gradativa da Sociologia no Ensino Médio, sendo esta marcada por uma participação ativa de educadores, políticos, estudantes e sociólogos em diversos processos de negociação pelo seu retorno nos estados do país³ (SANTOS,

³ Reconhecemos a complexidade dessa luta, assim como a existência de especificidades locais, cujas configurações não abordaremos aqui por não ser a proposta deste presente artigo.

2004).

De acordo com Moraes (2015, p. 24),

[...] em 1983 a Associação dos Sociólogos de São Paulo organizou o “Dia Estadual de Luta pela Volta da Sociologia ao 2º Grau”, sendo a sociologia reinserida nos currículos das escolas do estado no ano seguinte, e, ainda nessa mesma década, retornando aos currículos em Pernambuco, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pará e Rio de Janeiro, por meio das Constituições Estaduais, gradativamente constituindo certa legitimidade da presença da disciplina.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes de Base (LDB), em 1996, a Sociologia passou a figurar como componente das Ciências Humanas, sem, contudo, ganhar *status* de disciplina curricular, sendo indicada ao Ensino Médio de forma transversal, estando seus temas e abordagens presente no interior das demais disciplinas de Ciências Humanas.

Em 1997, o Projeto de Lei (PL) 3178/1997 propôs a obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio, sendo aprovada no Senado, em 2001. Porém, foi vetada pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso⁴.

No ano de 2003 passou a tramitar o PL 1641/2003, de autoria do deputado Ribamar Alves buscando incluir a Sociologia e a Filosofia no Ensino Médio.

Em 2004, já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, sindicalista aposentado, formou uma equipe técnica com o objetivo de rever os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PECNEM). A equipe indicada pelo Ministério da Educação para discutir o ensino de Sociologia era composta por Amaury Cesar Moraes (USP), Elisabeth da Fonseca Guimarães (UFU) e Nelson Dacio Tomazi (UFPR). Estes questionaram a Diretoria de Políticas do Ensino Médio do Ministério da Educação a inexistência de lei que incluísse a Sociologia como disciplina obrigatória, necessário para legitimar seu ensino (MORAES, 2015). Como consequência, foi aprovado o Parecer CEN/CEB nº 38/06 que determinou o tratamento disciplinar e obrigatório da Sociologia no Ensino Médio. Contudo, alguns estados da federação, principalmente São Paulo, questionaram essa medida junto ao Conselho Nacional de Educação, bem como a legitimidade deste órgão para legislar sobre disciplinas. Porém, a maioria dos estados continuaram avançando no processo de inclusão e estruturação do ensino de Sociologia no Ensino Médio (MORAES, 2015).

Após a aprovação do PL 1641/2003, em 2008, na Câmara dos Deputados, o PL passou a tramitar sob a nomenclatura de Lei nº 11.684/2008, sendo aprovada na Câmara e no Senado Federal sob a alcunha “Projeto de Lei 04/08”. O presidente interino, José de Alencar, no dia 2 de junho de 2008, sancionou a lei, incluindo na LDB o seguinte trecho: “[...] serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio”

⁴ Ironicamente professor de Sociologia aposentado pela Universidade de São Paulo/USP.

(BRASIL, LDB. Lei 9394/96).

Em 04 de agosto de 2010, o então deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO) apresentou um Projeto de Lei⁵ que previa a obrigatoriedade da Ciência Política como disciplina obrigatória na grade curricular do Ensino Médio. Tal proposta, após tramitação, foi rejeitada em 2012. Anexado ao projeto de Lei, o deputado Ronaldo Caiado indicou os conteúdos que estariam presentes no ensino de Ciência Política, como consta no quadro 1:

Quadro 1- Proposta de conteúdos para o Ensino de Ciência Política constante no projeto de lei do ex-deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO).

| |
|---|
| O que é política? |
| Representação Política |
| História do voto no Brasil |
| Quais as atribuições dos cargos políticos. Exemplo: O que faz um Deputado Federal? Quais as atribuições do Presidente da República? |
| O que é Executivo, Legislativo, Judiciário e Equilíbrio de Poder. |
| Os sistemas políticos que existiram no Brasil ao longo de sua história e o sistema atual. |
| O que quer dizer República Federativa do Brasil e Pacto Federativo. |
| História da Administração Pública no Brasil (patrimonialista, burocrática e gerencial). |

Fonte: Site da Câmara dos Deputados.

Observando a proposta dos conteúdos, nossa hipótese é que, em grande medida, tais conteúdos já estariam presentes nas disciplinas de humanidades, sobretudo na Sociologia e na História. Desta forma, propomos analisar vinte e três (23) propostas curriculares estaduais de Sociologia (ver quadro 1) a fim de identificar a presença de conteúdos comuns à Ciência Política e de que maneira estes estão distribuídos ao longo das três séries do Ensino Médio. Partimos do pressuposto de que a presença da Sociologia, embora sob essa denominação, constitui a efetivação do ensino de Ciências Sociais em suas três áreas-tronco.

Ressaltamos que conteúdos comumente abordados pela Ciências Política não são exclusivos desta área. Nesse ponto, reconhecemos a dificuldade na identificação do que estaria no escopo da Ciência Política e o que seria conteúdos de Sociologia Política, por exemplo. Contudo, temos consciência do fato de que um objeto de estudo ao ser estudado por outra área de conhecimento não anula sua qualidade de objeto da Ciência Política.

Para análise da presença da Ciência Política no Ensino Médio, realizamos um levantamento, via *internet*, das propostas curriculares estaduais de Sociologia. Dos 26 estados da federação, mais o Distrito Federal, encontramos vinte e um (22) estados que disponibilizam na *internet* suas propostas curriculares, assim como o Distrito Federal; totalizando 23 propostas. O

⁵ O Projeto de Lei pode ser acessado no site da Câmara, assim como todo o seu tramite processual. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=793061&filename=Tramitacao-PL+7746/2010.

levantamento é apresentado no quadro 2.

Quadro 2 – Propostas Curriculares Estaduais para o Ensino Médio (março-maio 2017).

| Estado | Ano | Endereço de acesso ao documento |
|---------------------|------|---|
| Acre | 2010 | https://goo.gl/1eEAJZ |
| Alagoas | 2014 | https://goo.gl/I83lvH |
| Amapá | 2009 | https://goo.gl/qcbMIq |
| Amazonas | 2012 | https://goo.gl/S3OVdO |
| Bahia | 2015 | https://goo.gl/31mWmJ |
| Ceará | 2009 | https://goo.gl/J1Kyrb |
| Distrito Federal | - | https://goo.gl/qC84Nt |
| Espírito Santo | 2009 | https://goo.gl/xSPF6t |
| Goiás | 2009 | https://goo.gl/xwKrsq |
| Maranhão | - | Não encontrado ou não disponível |
| Mato Grosso | 2012 | https://goo.gl/YM02aG |
| Mato Grosso do Sul | 2012 | https://goo.gl/zShQkC |
| Minas Gerais | 2010 | https://goo.gl/8DGFnx |
| Pará | - | Não encontrado ou não disponível |
| Paraíba | - | Não encontrado ou não disponível |
| Paraná | 2008 | https://goo.gl/vCAqTP |
| Pernambuco | 2013 | https://goo.gl/S2AZkH |
| Piauí | 2013 | https://goo.gl/OgDEdz |
| Rio de Janeiro | 2012 | https://goo.gl/zw3qx2 |
| Rio Grande do Norte | - | Não encontrado ou não disponível |
| Rio Grande do Sul | 2009 | https://goo.gl/ymQNH9 |
| Rondônia | 2012 | https://goo.gl/U0u51F |
| Roraima | 2012 | https://goo.gl/Cy5UGH |
| Santa Catarina | 2014 | https://goo.gl/JrPpsX |
| São Paulo | 2009 | https://goo.gl/XwI8IO |
| Sergipe | 2012 | https://goo.gl/51riTV |
| Tocantins | 2007 | https://goo.gl/TJn7mF |

Fonte: Elaboração própria. Dados coletados entre março de 2017 e maio do mesmo ano.

Após o levantamento das propostas curriculares estaduais, buscamos: i) observar quais conteúdos ou temáticas comuns à Ciência Política são sugeridas; ii) quantificar esses conteúdos por série do Ensino Médio e; iii) refletir sobre sua presença nesses documentos. Realizado essas ações, foi possível observar se existem conteúdos da Ciência Política que perpassam todos ou a maioria dos currículos analisados, bem como se as sugestões de conteúdos ou temas apontam para a compactação da Ciência Política em uma série específica do Ensino Médio ou se está presente de forma homogênea nos três anos do Ensino Médio.

Após uma análise em nível estadual, as propostas dos estados foram agrupadas por Regiões brasileiras a fim de possibilitar análise em recorte regionalizado, que possibilita averiguar se existem grandes disparidades entre as regiões, como geralmente acontece em se tratando de desenvolvimento científico. Por fim, observamos os dados gerais, agregados em esfera nacional. Uma visão macro pode corroborar para debates futuros em torno de produção da

proposta nacional em curso.

Analises e discussões em torno das propostas curriculares para a disciplina de Sociologia no Ensino Médio são de grande importância para o aperfeiçoamento de seu ensino, incluindo compreender de que forma as três áreas das Ciências Sociais estão presentes. Neste artigo nos detemos a averiguar a presença da Ciência Política nas propostas curriculares de Sociologia para o Ensino Médio. Esse tipo de análise contribui para nortear a produção de recursos pedagógicos, sobretudo de livros didáticos, bem como indicar onde são necessários maiores esforços de ações de transposição didática⁶.

1 A presença da Ciência Política na Sociologia escolar brasileira

Nos últimos anos, foram promovidas padronizações e normatizações tendo em vista operacionalizar a proposta de Educação contida na Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996). Nesse esforço, foram publicados, em 2000, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Médio.

Os PCNs (BRASIL, 2000) nortearam as diretrizes e objetivos de cada disciplina e temáticas a serem abordadas no Ensino Médio. De uma forma geral, o referido documento atestava que conhecimentos de Ciências Política deveriam estar presente na formação do educando. Segundo esse documento oficial,

[...] **Outro objetivo é ampliar a concepção de política**, entendida como algo também presente no cotidiano, e **permitir uma reflexão sobre as relações de poder**, que estruturam o contexto social brasileiro atual. Ampliar a noção de política, enquanto um processo de tomada de decisões sobre os problemas sociais que afetam a coletividade permite ao aluno, por um lado, perceber **como o poder se evidencia também nas relações sociais cotidianas e nos vários grupos sociais** com os quais ele próprio se depara: a escola, a família, a fábrica etc.. E por outro, dimensionar o erro de assumir uma postura que negue a política enquanto uma prática socialmente válida, uma vez que no discurso do senso comum ela é vista apenas como mera enganação. Até mesmo porque negar a política seria contrariar a lógica da cidadania, que supõe a participação nos diversos espaços da sociedade. **Neste aspecto, as Ciências Sociais contribuem para uma reflexão que tenta identificar práticas políticas mais éticas**, muito embora o contexto brasileiro seja profundamente marcado por práticas paternalistas, clientelísticas, fisiológicas etc. **O estudo do conceito de Estado** deve considerar que o homem é um ser histórico e cultural, que está sempre ligado a uma determinada ordem normativa e política. Dentro do campo do Direito, da Política e da própria Economia, o conceito de Estado aparece enquanto uma instância que, ao mesmo tempo, racionaliza a distribuição do poder legítimo dentro de uma nação e desenvolve sistemas econômicos complexos para distribuir bens, muitas vezes de maneira desigual (MEC, 2000, p.41, grifo nosso).

⁶ Usados aqui o conceito de Chavallard, para quem o processo de transposição didática é assim compreendido: “Um conteúdo de saber que tenha sido definido como saber a ensinar, sofre, a partir de então, um conjunto de transformações adaptativas que irão torná-lo apto a ocupar um lugar entre os objetos de ensino. O ‘trabalho’ que faz de um objeto de saber a ensinar, um objeto de ensino, é chamado de transposição didática.” (CHEVALLARD, 1991, p.39).

De acordo com os PCNs (2000), o Ensino Médio deve proporcionar aos educandos condições para que possam compreender questões políticas clássicas e contemporâneas, mundiais e nacionais. O documento destaca a necessidade de tratar das formas e o conceito de Estado, as relações entre o público e o privado, as dinâmicas do poder, o exercício da democracia, os movimentos sociais e a cidadania. Mesmo que não indicada como disciplina obrigatória, nota-se que a Ciência Política se fazia presente em uma abordagem de modo transversal, como ocorria com a Sociologia antes de 2008.

A partir dos esforços de Souza (2017) em identificar os conteúdos presentes nos documentos oficiais notamos a presença de conteúdos de Ciência Política, como apresentado no quadro 3:

Quadro 3 – Presença de temas comuns à Ciência Política em documentos oficiais.

| Documento oficial | Temas de Ciência Política |
|-------------------|---------------------------------|
| PCNEM (2000) | Estado Poder Política |
| PCN+ | Política Democracia Poder |
| OCEM | Poder Dominação |
| Editais PNDL | Estado Poder Dominação |

Fonte: Elaboração a partir de Souza (2017).

É importante destacar que algumas temáticas aparecem nos documentos oficiais contextualizando os seus objetivos, tais como “cidadania” e “democracia”.

A recente (re)inserção da Sociologia no Ensino Médio fez ressurgir o debate em torno do ensino das Ciências Sociais. Desde então, quais e como os conteúdos devem ser abordados vem sendo indagações presentes no cotidiano de educadores e pesquisadores. É certo que a falta de tradição no Ensino Médio, a escassez de material didático e professores não habilitados (BODART, SILVA, 2016), somaram-se às preocupações de uma definição curricular mínima para a disciplina.

Embora a Sociologia, como disciplina escolar, perpassasse pela Ciência Política, isso não significa que há uma preocupação em ensinar Ciência Política a partir de seus métodos próprios de análise; essa questão envolvendo a presença do conteúdo e o tratamento analítico-metodológico dado a ele é algo que ainda precisa ser explorado em trabalhos futuros. É sabido que temáticas comuns à Ciência Política também são contempladas nas aulas de Geografia e História, contudo os métodos de abordagem comumente adotados nas referidas disciplinas são

ainda mais distantes daqueles próprios da “ciência do poder”.

Desse modo, entender o ensino de Ciência Política na escola, atravessa uma série de relações que devem ser descortinadas para um melhor entendimento da questão. Não temos a presunção de esgotar esse debate, mas evidenciar dados que possam corroborar para isso.

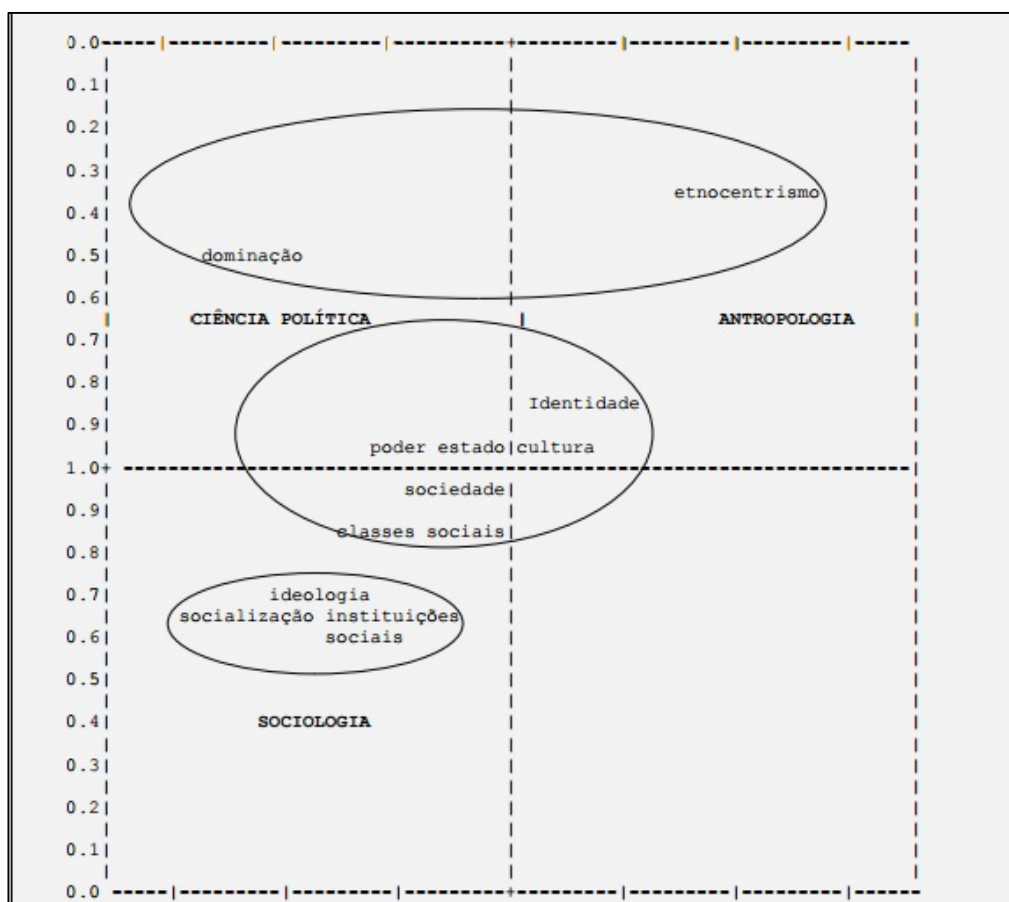
Segundo Magalhães (2012), o Ensino Médio é caracterizado por uma heterogeneidade disciplinar que o torna objeto de reflexão devido a infinidade de disciplinas a serem ministradas. Nesse sentido, o ensino de Ciência Política, no Ensino Médio, atravessa uma dificuldade inerente às demais disciplinas escolares: uma gama de temáticas a serem determinadas dentro de um período de tempo específico. O problema se agrava com o fato de que a Ciência Política se efetiva sob a égide “Sociologia”, dividindo espaço escasso [geralmente de uma aula semanal] com a Sociologia e a Antropologia.

Magalhães (2012), buscando, entre os anos de 2009 e 2011, identificar a presença dos conceitos que tradicionalmente estão no campo da Ciência Política em uma escola do Rio de Janeiro de Ensino Médio, aferiu que os mais presentes eram “Estado” e “Política”. De acordo com esse mesmo autor (2012), os dois conceitos eram estruturantes da discussão escolar, tendo como finalidade inicial estabelecer diálogo que proporcionasse uma discussão sobre as instituições democráticas, materializadas no Estado, suas origens, formas de existência, transformação e papel social do sujeito frente a sociedade como um todo.

Santos (2012) corrobora para a compreensão de que a presença dos três trocos das Ciências Sociais⁷ estão inseridas dentro do campo conceitual ministrado na disciplina de Sociologia. Em 2012 esse autor buscou evidenciar a distribuição das Ciências Sociais dentro do ensino de sociologia, como se observa na figura 1:

⁷ Sabe-se que esse encaixotamento de categorias, de acordo com suas disciplinas, é um equívoco quando se pensa a essência multidisciplinar do conhecimento nas ciências sociais, mas opta-se por essa esquematização tendo em vista uma análise da tradição teórica de construção de cada categoria, que em suas discussões tenham mais proximidade com a sociologia, ciência política ou antropologia. Desse modo, observamos, por exemplo, como a categoria *Estado* foi trabalhada pelos autores de cada uma das disciplinas referidas e, portanto, em qual delas o referido contexto é melhor inserido.

Figura 1 – Mapa comum das diretrizes curriculares estaduais com base na projeção das categorias PNLD – 2012 e das áreas das Ciências Sociais.



Fonte: Santos (2012).

Segundo Santos (2012), as duas temáticas centrais presente nas propostas curriculares dos estados analisados por ele⁸ seriam, como se observa na figura 1, dominação e poder. O presente trabalho amplia o número de propostas curriculares estaduais analisadas e, empregando metodologia própria, nos possibilita uma análise mais precisa e atualizada, já que consideramos as propostas em vigor no ano de 2017.

Faz-se, necessário, nesse momento, problematizar a construção das OCN-Sociologia (Orientações Curriculares Nacionais de Sociologia) e a presença da Ciência Política dentro do referido documento. As OCNs debatem a questão dos conteúdos a partir das possibilidades de sua construção analítica. Sendo vistas como um avanço em relação às PCNEM, as OCN-Sociologia representa um avanço importante do debate sobre ensino de Sociologia, tendo sido discutida e construída por profissionais, professores e pesquisadores, ligados ao ensino dessa disciplina. Dessa forma, buscamos brevemente observar como a OCN-Sociologia se refere às temáticas comuns à Ciência Política trabalhadas no ensino de Sociologia.

Takagi (2007), em pesquisa realizada sobre as temáticas mais encontradas dentro das

⁸ AC, AL, CE, DF, ES, GO, MT, MG, PR, RJ, RS e SC.

OCN-Sociologia, menciona que, ligada à Ciência Política, encontramos como categorias principais “poder”, “poderes administrativos-políticos” e “democracia”.

Deve-se levar em conta, para um melhor entendimento dessa questão, que a diversidade de conteúdos debatida pelas OCN-Sociologia tem como fio condutor, segundo Sarandy (2011), as diferenças e sentidos atribuídos aos conceitos próprios das Ciências Sociais em sua multiplicidade, que lhe é característica. As referidas diferenças de apreensão de sentidos e conceitos, propõe-se nesse artigo, são resultados de uma construção diversa dos planos de educação superior encontrados nas universidades brasileiras, criando uma dispersão formacional dos professores que atuarão em sala de aula e que terão, seu alinhamento teórico, como fio de conexão e apresentação de “sua disciplina”, no que podemos chamar de arbitrariedade de escolhas. Essa situação acaba gerando, por um lado, um espaço de liberdade para trabalhar temáticas mais próximas do aluno, como também a angústia em ter que tomar decisões. Isso se dá pela inexistência de uma consolidação do currículo, o que abre possibilidade de “adaptações” feitas pelo professor à “sua disciplina”, como destacado na OCN-Sociologia (2006).

Questões diversas, portanto, devem ser pensadas no momento de construção de uma análise sobre o ensino de Ciência Política, desde as relações de poder constitutivas da disciplina à formação do professor e formas de transposição dos conteúdos, realidade que vem sendo descrita pelos professores de Sociologia como precária (BODART; SILVA, 2016).

Segundo Oliveira (2013), a ausência de um currículo nacional consagrado não significa que não haja temas que estão “consolidados” no ensino de Sociologia, o que acreditamos que poderemos verificar através das diretrizes curriculares estaduais. Diante dessa afirmação, pode-se lançar uma análise dessas categorias consagradas visando entendê-las como resultado de um processo de associação entre sujeitos e, por consequência, entre disciplinas, que formata a disposição da disciplina de Sociologia e de seus conteúdos trabalhados em sala de aula.

Assim, a fim de compreendermos melhor o lugar da Ciências Política no Ensino Médio, mais especificamente na disciplina de Sociologia, nos debruçamos sobre as propostas curriculares estaduais. Acreditamos que a forma de inserção dessa disciplina dentro dos moldes elaborados da Sociologia deve ser pensada e problematizada, de modo a possibilitar uma melhor entrada daquela disciplina dentro das propostas curriculares para o Ensino Médio, bem como repensar estratégias de ensino-aprendizagens específicas para os conteúdos trabalhados com os alunos em sala de aula.

2 A presença de temas típicos das Ciência Política nos currículos estaduais de Sociologia

Como destacado pela OCN-Sociologia (2006), é prática comum professores apresentarem aos alunos do Ensino Médio conteúdos, temas e autores da Ciência Política, não se limitando à Sociologia *stricto sensu*. Isso ocorre por, ao menos, dois motivos: i) por ser justamente essa a proposta da disciplina Sociologia e ii) pela tradição existente no país, onde a formação dar-se em Ciências Sociais e não em Sociologia *stricto sensu*; como destacou Moraes (2011), ao falar dos três primeiros cursos de Ciências Sociais criados no Brasil na primeira metade da década de 1930. Segundo esse autor (2011, p. 363), “nenhum dos três cursos leva o nome exclusivo de Sociologia, que é uma das cadeiras, compondo, num primeiro momento com Ciência Política, e depois também com Antropologia, a organicidade das Ciências Sociais no Brasil”. Contudo, tratar de temas da Ciência Política não é de exclusividade do professor de Sociologia, porém essa disciplina é, no Brasil, o *locus* de temas, conceitos e autores dessa área de conhecimento, assim como da Antropologia⁹.

Após observado os currículos estaduais para a disciplina de Sociologia notamos que alguns temas são recorrentes. A tabela 1 apresenta a presença dos temas por proposta curricular estadual de Sociologia.

Tabela 1 - Presença de temas comuns à Ciência Política nas propostas curriculares estaduais de Sociologia para o Ensino Médio.

| Temas de Ciência Política | Estados brasileiros | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | Freq. | | | | |
|------------------------------|---------------------|----------|----------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|----------|----------|-----------|----------|----------|----------|------------|----|
| | AC | AL | AP | AM | BA | CE | DF | ES | GO | MT | MS | MG | PR | PB | PI | RJ | RS | RO | SC | SE | | SP | TO | RR | |
| Autoridade/autoritarismo | x | | | | | x | | | | | | | | | | | x | x | | | | | | | 4 |
| Cidadania | | x | x | x | x | x | | x | X | x | | | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | 19 |
| Controle Social | | | | | | | | | | | x | | | | | | x | | | | | | | | 2 |
| Contrato Social | x | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | x | | x | 3 |
| Democracia | x | x | x | x | x | | | x | X | | x | | | x | | x | x | x | x | x | x | x | | | 15 |
| Eleições/voto | x | | | x | | | x | | | | | | | | | | | | | | x | x | | x | 6 |
| Esféras de part. política | x | | | x | x | x | x | x | | | | x | | x | | | x | | | | x | x | | x | 12 |
| Estado | x | | x | x | x | x | x | x | X | x | x | | | x | | | x | x | x | x | x | x | x | | 18 |
| Societ./relações Política | x | | x | x | | | | | | | | x | | x | | | | | | | | | | | 5 |
| Formas/sist. Governo | x | | x | | | | | | | | x | | | x | | | | | | x | x | x | | | 9 |
| Movimentos Sociais | x | x | x | x | x | x | x | x | X | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | x | | x | 21 |
| ONGs | x | | | x | | | | | | | | | | | | | | | | | | x | | | 3 |
| Partidos Políticos | x | | | x | | | x | | | | | | | | | | x | x | x | | x | x | | | 8 |
| Poder | x | | | x | x | x | x | x | | x | x | x | x | x | | | x | x | x | x | x | | x | x | 18 |
| Regimes Políticos | x | | | x | | | | x | | | x | | | | | | | x | | | | | | | 5 |
| Sociedade Civil | x | | x | | | | x | x | | | | | | | | | | | | | | | | | 4 |
| Total | 14 | 3 | 7 | 11 | 6 | 6 | 7 | 8 | 4 | 4 | 7 | 4 | 3 | 8 | 1 | 8 | 10 | 7 | 6 | 10 | 9 | 3 | 6 | 152 | |

Fonte: Elaboração própria (2017).

A partir da tabela 1 é possível observar que: i) os temas “movimento sociais” e

⁹ Para confirmar essa hipótese, seria necessário um comparativo da presença da Ciência Política no interior das diversas disciplinas.

“cidadania” estão presentes em maior número de proposta curricular de Sociologia para o Ensino Médio, 21 e 19 vezes, respectivamente; ii) o Acre tem a proposta curricular de Sociologia com a maior variedade de temáticas comuns à Ciência Política, 14 ao todo; iii) a proposta curricular do estado do Piauí é a quem menos indica temáticas comuns à Ciência Política; há apenas a indicação explícita de “cidadania” e; iv) controle social, contrato social e ONGs são os temas menos presentes, aparecendo em apenas três propostas curriculares.

É importante ressaltar que apenas três propostas curriculares foram elaboradas após os protestos de 2013 e que a presença da temática “movimentos sociais” não pode ter como explicação as recentes manifestações sociais, muito embora essa presença possivelmente está ligada ao incremento do tamanho e variedade dos movimentos sociais na última década, bem como a ampliação das produções acadêmicas após a influência marcadamente culturalista que alargou substancialmente a perspectivas e variedade de objetos empírico de estudo (ALONSO, 2009). A presença da temática “Cidadania” não nos é surpresa, uma vez que os anos de 1990 tal temática passou a ganhar centralidade nos documentos oficiais destinados a apontar o novo projeto de sociedade proposto pela Educação brasileira.

É importante não olvidarmos que a indicação nas propostas curriculares não garante que esses temas estejam sendo ensinado nas aulas de Sociologia, ainda que tais documentos seja, juntamente com o livro didático, norteadores da prática docente¹⁰.

Algumas categorias da Ciência Política são marcadamente polissêmicos e podem estar presentes a partir de abordagens diferentes, o que é observado, por exemplo, nos conceitos de “poder”. Além disso, como já havia destacado Santos (2012), há indicação de abordagens nas propostas curriculares estaduais que agregam categorias correlatas. Destarte, a não presença de um termo específico não garante que a categoria não esteja presente na prática docente, podendo está no interior de outra temática. Notamos, por exemplo, que o termo “sociedade civil” só aparece 5 vezes no conjunto das propostas analisadas; contudo, imaginamos ser improvável uma aula sobre movimentos sociais e democracia sem abordar “sociedade civil”. Contudo, para operacionalizar nossa análise foi necessário observar apenas os temas/categorias que estivessem indicadas explicitamente nas propostas curriculares estaduais, uma vez que não poderíamos nos embasar em suposições.

Observamos que há propostas curriculares que indicam o mesmo tema para mais de uma série/ano. Por isso julgamos necessário contabilizar as vezes que os temas aparecem a fim de observar quais deles estão mais presentes nos documentos. Os resultados são apresentados na tabela 2.

¹⁰ No presente estudo não exploramos o que está sendo efetivamente ensinado, mas o que vem sendo proposto pelas Secretarias Estaduais de Educação.
A CIÊNCIA POLÍTICA NAS PROPOSTAS CURRICULARES ESTADUAIS DE SOCIOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO | Cristiano das Neves Bodart | Gleison Maia Lopes 142

Tabela 2 - Presença de temas comuns à Ciência Política nas propostas curriculares estaduais de Sociologia para três séries do Ensino Médio.

| Temas de Ciência Política Presente nos currículos | Frequência |
|--|-------------------|
| Cidadania | 27 |
| Movimentos Sociais | 24 |
| Estado | 22 |
| Democracia | 21 |
| Poder | 20 |
| Esferas de participação política | 13 |
| Formas/sistemas de Governo | 13 |
| Partidos Políticos | 8 |
| Eleições/voto | 6 |
| Sociedade/relações Política | 6 |
| Regimes Políticos | 6 |
| Sociedade Civil | 5 |
| Autoridade/autoritarismo | 4 |
| ONGs | 4 |
| Contrato Social | 3 |
| Controle Social | 2 |
| Total | 184 |

Nota: Foram computados por série. Assim, propostas curriculares que propõem temas de Ciência Política nos três anos tiveram considerados três frequências; propostas curriculares que propõem temas de Ciência Política em uma série tiveram considerado uma frequência; se presente em dois anos, duas frequências.

Fonte: Elaboração própria (2017).

Nota-se que a temática “Cidadania” é a mais presente em cada uma das séries do Ensino Médio. Ela aparece 27 vezes nas propostas curriculares estaduais, muitas vezes aparecendo mais de uma vez por proposta, estando presente em todo o Ensino Médio. Possivelmente essa presença dar-se por influência da Lei de Diretrizes de Base da Educação nacional, de 1996, e dos documentos produzidos a partir da referida lei. O tema “cidadania” só não aparece de forma explícita nas propostas curriculares de Sociologia como conteúdo a ser lecionado dos estados do Acre, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, além do Distrito Federal.

Devido a heterogeneidade política, cultural e social do Brasil, bem como a disparidade científica e educacional brasileira, buscamos averiguar a presença de temas comuns à Ciência Política, por série, em cada uma das regiões brasileiras. A tabela 3 apresenta os temas encontrados nas propostas curriculares de Sociologia dos estados do Nordeste.

Tabela 3 – Presença de temas comuns à Ciência Política nas propostas curriculares estaduais de Sociologia para três séries do Ensino Médio na Região Nordeste (AL, BA, SE, PB, CE e PI).

| Temas de Ciência Política | Frequência por currículo | | | | |
|----------------------------------|--------------------------|-----------|-----------|-------------------|--------------|
| | 1º ano | 2º ano | 3º ano | Não identificável | Ensino Médio |
| Autoridade/autoritarismo | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Cidadania | 1 | 3 | 4 | 1 | 9 |
| Controle Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Contrato Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Democracia | 1 | 2 | 3 | 0 | 6 |
| Eleições/voto | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Esferas de participação política | 0 | 3 | 2 | 0 | 5 |
| Estado | 0 | 3 | 2 | 0 | 5 |
| Sociedade/relações Política | 0 | 1 | 1 | 0 | 2 |
| Formas/sistemas de Governo | 1 | 1 | 2 | 0 | 4 |
| Movimentos Sociais | 0 | 4 | 2 | 0 | 6 |
| ONGs | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Partidos Políticos | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Poder | 0 | 3 | 2 | 0 | 5 |
| Regimes Políticos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sociedade Civil | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 3 | 21 | 21 | 1 | 46 |

Nota: O currículo do Pernambuco, Maranhão e Rio Grande do Norte não se encontravam disponíveis na internet no período da coleta de dados.

Fonte: Elaboração própria (2017).

A primeira e mais clara constatação é que os temas comuns à Ciência Política estão, no Nordeste, presentes nos dois últimos anos do Ensino Médio. Das seis propostas curriculares observadas, as temáticas comuns à Ciência Política só aparecem três vezes no 1º ano, das 46 vezes indicadas para o Ensino Médio daquela Região. Os temas mais indicados são “cidadania”, “movimentos sociais” e “democracia”. Temas comuns à Ciência Política aparece nas propostas curriculares 46 ocasiões; considerando apenas as propostas analisadas, temos uma em média 7,6 vezes.

Na tabela 4 apresentamos os dados observados referente as indicações de temas comuns à Ciência Política nas propostas curriculares de Sociologia dos estados da Região Norte.

Tabela 4 – Presença de temas comuns à Ciência Política nas propostas curriculares estaduais de Sociologia para três séries do Ensino Médio na Região Norte (AC, TO, RO, RR, AM e AP).

| Temas de Ciência Política | Frequência por currículo | | | |
|---------------------------|--------------------------|--------|--------|--------------|
| | 1º ano | 2º ano | 3º ano | Ensino Médio |
| Autoridade/autoritarismo | 0 | 2 | 0 | 2 |
| Cidadania | 2 | 2 | 4 | 8 |
| Controle Social | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Contrato Social | 1 | 1 | 0 | 2 |

Continua...

| | | | | Continua... |
|----------------------------------|----------|-----------|-----------|-------------|
| Democracia | 1 | 2 | 2 | 5 |
| Eleições/voto | 0 | 2 | 1 | 3 |
| Esferas de participação política | 0 | 2 | 1 | 3 |
| Estado | 1 | 2 | 3 | 6 |
| Sociedade/relações Política | 0 | 1 | 2 | 3 |
| Formas/sistemas de Governo | 0 | 1 | 2 | 3 |
| Movimentos Sociais | 1 | 2 | 4 | 7 |
| ONGs | 0 | 2 | 1 | 3 |
| Partidos Políticos | 0 | 1 | 2 | 3 |
| Poder | 1 | 2 | 3 | 6 |
| Regimes Políticos | 0 | 1 | 2 | 3 |
| Sociedade Civil | 1 | 1 | 0 | 2 |
| Total | 8 | 24 | 27 | 59 |

Nota: O currículo do Pará não se encontrava disponível na *internet* no período da coleta de dados.

Fonte: Elaboração própria (2017).

Assim como na Região Nordeste, os temas comuns à Ciência Política são pouco indicados para ser abordados nas aulas de Sociologia do 1º ano do Ensino Médio. Porém, diferentemente da Região Nordeste, os temas são predominantemente indicados para serem tratados nas aulas do 3º ano. O tema “Cidadania” também é o mais vezes indicado, seguido de “movimentos sociais”, “Estado” e “poder”, respectivamente. Os temas são indicados 59 vezes, em uma média de 9,8 por proposta curricular.

Passamos, por meio da tabela 5, a observar os dados encontrados referentes as propostas curriculares da Região Centro-Oeste.

Tabela 5 – Presença de temas comuns à Ciência Política nas propostas curriculares estaduais de Sociologia para três séries do Ensino Médio na Região Centro-Oeste (MT, MS, GO e DF).

| Temas de Ciência Política | Frequência por currículo | | | | |
|----------------------------------|--------------------------|----------|----------|-------------------|--------------|
| | 1º ano | 2º ano | 3º ano | Não identificável | Ensino Médio |
| Autoridade/autoritarismo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Cidadania | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 |
| Controle Social | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Contrato Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Democracia | 0 | 1 | 1 | 1 | 3 |
| Eleições/voto | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Esferas de participação política | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Estado | 1 | 2 | 1 | 2 | 6 |
| Sociedade/relações Política | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Formas/sistemas de Governo | 0 | 1 | 1 | 0 | 2 |
| Movimentos Sociais | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 |
| ONGs | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Partidos Políticos | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Poder | 1 | 0 | 1 | 1 | 3 |
| Regimes Políticos | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Sociedade Civil | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| Total | 3 | 6 | 7 | 8 | 24 |

Fonte: Elaboração própria (2017).

Proporcionalmente ao número de propostas curriculares (4), o Centro-Oeste foi a região com menor presença de indicações de temas comuns à Ciência Política, que apareceram 24 vezes, uma média de 6 indicações por proposta curricular. Na proposta do Distrito Federal os temas aparecem 7 vezes.

Passamos agora a observar os dados apresentados na tabela 6 referente a presença dos conteúdos comuns à Ciência Política nas propostas curriculares da Região Sul.

Tabela 6 – Presença de temas comuns à Ciência Política nas propostas curriculares estaduais de Sociologia para três séries do Ensino Médio na Região Sul (RS, SC e PR).

| Temas de Ciência Política | Frequência por currículo |
|----------------------------------|--------------------------|
| | Série não identificável |
| Autoridade/autoritarismo | 1 |
| Cidadania | 3 |
| Controle Social | 1 |
| Contrato Social | 0 |
| Democracia | 2 |
| Eleições/voto | 0 |
| Esferas de participação política | 0 |
| Estado | 2 |
| Sociedade/relações Política | 0 |
| Formas/sistemas de Governo | 2 |
| Movimentos Sociais | 3 |
| ONGs | 0 |
| Partidos Políticos | 1 |
| Poder | 3 |
| Regimes Políticos | 1 |
| Sociedade Civil | 0 |
| Total | 19 |

Fonte: Elaboração própria (2017).

Uma peculiaridade das propostas curriculares de Sociologia da Região Sul é a indeterminação das séries que os conteúdos devem ser abordados pelo professor. As propostas não para o Ensino Médio, sem, contudo, especificar em qual série deve ser ministrado um dado conteúdo. Os conteúdos mais indicados são, “cidadania”, “movimentos sociais” e “poder”. Os temas são indicados 19 vezes, em uma média de 6,3 temas por proposta estadual curricular de Sociologia.

A tabela 7 apresenta os dados referente à Região Sudeste:

Tabela 7 – Presença de temas comuns à Ciência Política nas propostas curriculares estaduais de Sociologia para três séries do Ensino Médio na Região Sudeste (RJ, SP, MG e ES).

| Temas de Ciência Política | Frequência por currículo | | | | |
|----------------------------------|--------------------------|----------|-----------|-------------------|--------------|
| | 1º ano | 2º ano | 3º ano | Não identificável | Ensino Médio |
| Autoridade/autoritarismo | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Cidadania | 0 | 2 | 3 | 0 | 5 |
| Controle Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Contrato Social | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Democracia | 1 | 2 | 2 | 0 | 5 |
| Eleições/voto | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Esferas de participação política | 0 | 0 | 3 | 1 | 4 |
| Estado | 0 | 1 | 2 | 0 | 3 |
| Sociedade/relações Política | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Formas/sistemas de Governo | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 |
| Movimentos Sociais | 0 | 2 | 3 | 1 | 6 |
| ONGs | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Partidos Políticos | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 |
| Poder | 1 | 0 | 1 | 1 | 3 |
| Regimes Políticos | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Sociedade Civil | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 |
| Total | 4 | 8 | 20 | 4 | 36 |

Fonte: Elaboração própria (2017).

A partir dos dados expostos na tabela 7, evidenciamos três observações pertinentes: i) a Ciência Política, por meio de temas comuns à Ciência Política é predominantemente indicado no 3º ano do Ensino Médio; ii) o tema “movimentos sociais” é o mais indicado pelas propostas curriculares e; iii) a Região Sudeste apresenta a maior média de indicações de temas de Ciência Política, 9 temas por proposta estadual curricular de Sociologia.

Considerando a Regionalização brasileira, podemos afirmar que o Norte é onde mais vezes aparecem temas comuns à Ciência Política nas propostas curriculares. É apenas nessa Região que encontramos a recomendação de trabalhar o tema “Organizações Não-Governamentais (ONGs)”. Possivelmente a presença desse conteúdo esteja relacionado a forte presença de ONGs na região, sobretudo ligadas à preservação da floresta Amazônica. No Centro-Oeste, coração do Estado Brasileiro, temos o tema “Estado” mais vezes recomendados, indicando, em certa medida, a influência do contexto sócio-político onde se ensina.

Por fim, agregamos todos os estados na pretensão de obtermos uma visão geral dos dados coletados. A tabela 8 apresenta os dados das propostas curriculares de todos os estados brasileiros que haviam disponibilizado o documento na *internet* quando a coleta foi realizada.

Tabela 8 – Frequência dos temas de Ciência Política nas propostas curriculares estaduais de Sociologia para três séries/anos do Ensino Médio no Brasil.

| Temas de Ciência Política | Frequência por currículo | | | | |
|----------------------------------|--------------------------|-----------|-----------|-------------------|--------------|
| | 1º ano | 2º ano | 3º ano | Não identificável | Ensino Médio |
| Autoridade/autoritarismo | 0 | 3 | 0 | 1 | 4 |
| Cidadania | 3 | 7 | 11 | 6 | 27 |
| Controle Social | 1 | 0 | 0 | 1 | 2 |
| Contrato Social | 1 | 1 | 1 | 0 | 3 |
| Democracia | 3 | 7 | 8 | 3 | 21 |
| Eleições/voto | 0 | 2 | 4 | 0 | 6 |
| Esferas de participação política | 0 | 5 | 7 | 1 | 13 |
| Estado | 2 | 8 | 8 | 4 | 22 |
| Sociedade/relações Política | 0 | 2 | 3 | 1 | 6 |
| Formas/sistemas de Governo | 1 | 3 | 7 | 2 | 13 |
| Movimentos Sociais | 1 | 8 | 9 | 6 | 24 |
| ONGs | 0 | 2 | 2 | 0 | 4 |
| Partidos Políticos | 0 | 1 | 6 | 1 | 8 |
| Poder | 3 | 5 | 7 | 5 | 20 |
| Regimes Políticos | 1 | 2 | 2 | 1 | 6 |
| Sociedade Civil | 2 | 3 | 0 | 0 | 5 |
| Total | 18 | 59 | 75 | 32 | 184 |

Nota: O currículo do Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Norte e Pará não se encontravam disponíveis na *internet* no período da coleta de dados.

Fonte: Elaboração própria (2017).

A partir dos dados apresentados na tabela 8 podemos aferir que: i) temas de Ciência Política aparecem em todos as séries do Ensino Médio, embora sua presença marque consideravelmente as propostas curriculares do 3º ano, predominando as indicações nessa série, enquanto que no 1º ano os temas aparecem poucas vezes; ii) os temas mais indicados pelas propostas curriculares são respectivamente “cidadania”, “movimentos sociais”, “Estado”, “democracia” e poder”; ii) esses mesmos temas são os mais indicados imprecisamente nos currículos, quanto a série a ser abordados pelo professor de Sociologia; iii) considerando que a Ciência Política esteja mais presente no 3º ano, os temas “cidadania”, movimentos sociais” e “democracia” são os mais indicados. Essa configuração parece indicar que temos, no Ensino Médio, o 3º ano como *locus* da Ciência Política no interior do ensino de Sociologia.

Acreditamos que a maior presença da temática “cidadania”, esteja diretamente relacionada ao fato de que esse conceito esteve consideravelmente presente na LDB (BRASIL, 1996) e muitos dos documentos que surgiram a partir dessa lei. O PCNM e o PCN+ ainda que elaborados antes da obrigatoriedade da Sociologia enquanto componente curricular do Ensino Médio, já indicavam que os alunos possuíssem domínio dos conhecimentos de Sociologia. O PCNEM (BRASIL, 2000a) em seu artigo 36, indicava que tais conhecimentos de Sociologia deveriam capacitar os estudantes ao exercício da cidadania. No PCNEM de Ciências Humanas e

suas Tecnologias (BRASIL, 2000b) observamos o reforço à indicação da temática cidadania relacionada à Sociologia na LDB ao afirmar que “a Lei 9.394/96 estabelece como uma das finalidades centrais do Ensino Médio a construção da cidadania do educando, evidenciando, assim, a importância do ensino da Sociologia no Ensino Médio” (BRASIL, 2000b, p.37). Tal ratificação também aparece no PCN+ (BRASIL, 2006). Ao tratar dos conteúdos de Sociologia a ser abordado no Ensino Médio, o PCN+ (BRASIL, 2006) afirma que “o acesso a informações sobre a política, a economia, o direito é fundamental para que o jovem se capacite para a continuidade nos estudos e para o exercício da cidadania. Esse mesmo documento, ao exemplificar os temas da Ciência Política que poderiam ser trabalhados no Ensino Médio, deu destaque “aos movimentos sociais” e o “Estado” enquanto conteúdo a serem tratados. Destarte, a presença marcante desses temas comuns à Ciências Política nas propostas curriculares estaduais, pelo que tudo indica, dar-se, pela forte influência desses documentos nacionais. Isso indica que, ainda que o Ensino Médio seja regido por propostas curriculares estaduais, há um certo controle nacional sobre o currículo.

É certo que os livros didáticos também são considerados pelos professores ao elencar as temáticas que serão abordadas. Contudo, os livros didáticos também sofrem fortes influências da gestão “centralizada” brasileira. Como Santos (2012) destacou, o Plano Nacional de Livro Didático de 2012 era, por exemplo, regido por um edital que determinava que os livros de Sociologia deveriam apresentar algumas categorias conceituais, tais como “Estado” e “poder”, além de outras do campo da Sociologia e da Antropologia especificadas pelo documento.

Pensar a Ciência Política, dentro dos planos curriculares estaduais de ensino de Sociologia, faz necessário entender as relações de poder¹¹ estabelecidas entre disciplinas, no sentido de que elas institucionalizam relações de legitimidade científica construídas dentro dos muros universitários, mas que se refletem dentro do ambiente educacional brasileiro através da sua efetiva articulação dentro do panorama geral da disciplina. Nesse sentido, a presente pesquisa, se somada a outros esforços de compreensão da presença de temas comuns à sociologia e a Antropologia, corrobora para a compreensão das disputas existentes no interior das Ciências Sociais no Ensino Médio via a disciplina de Sociologia.

Ainda que a proposta legislativa de criar a disciplina de Ciência Política no Ensino Médio não tivesse sido aprovada, nota-se a presença de seus conteúdos nesse nível de ensino, tendo a disciplina de Sociologia como *locus* privilegiado.

¹¹ Por relações de poder aqui se entende as relações internas e externas que compõem as disciplinas acadêmicas, sejam relações de poder entre professores/pesquisadores que conflitam dentro da construção das temáticas legítimas¹¹ de cada disciplina (que futuramente estarão na composição dos materiais atribuídos ao ensino básico dessa disciplina), seja nas relações de poder entre disciplinas diversas, no sentido da busca social por reconhecimento a que as disciplinas trazem consigo na busca por demarcação e construção de um terreno próprio.

3 Considerações Finais

A análise da presença de conteúdos de Ciência Política nas propostas curriculares estaduais pode ser um importante instrumento norteador da produção de recursos pedagógicos, sobretudo de livros didáticos, bem como indicar onde são necessários maiores esforços de ações de transposição didática.

Identificamos uma configuração nas propostas curriculares estaduais muito próxima dos documentos nacionais que discutem o currículo, de tal forma que acreditamos que torna-se necessário, em pesquisas posteriores, ao pensarmos o ensino de Sociologia, entender sua constituição enquanto processo social diante do qual atores conflitam e constituem sistemas de classificação socialmente (re)legitimados à partir de embates constantes que marcam as leis, decretos, resoluções, etc. Nos parece que as disputas que envolveram a Lei de Diretrizes de Bases, marcado pelo ideal de democracia, participação social e cidadania, deram o tom na presença dos temas comuns à Ciência Política no interior da Sociologia.

Diferentemente dos indicativos de Santos (2012), as duas temáticas centrais presente nas propostas curriculares dos estados analisados não foram dominação e poder, mas cidadania e movimentos sociais. É importante frisar que são trabalhos com metodologias distintas. No caso do presente artigo, acreditamos que traz um avanço na análise, isso por mobilizar maior número de propostas curriculares e por ser mais atual, já que consideramos as propostas em vigor no ano de 2017.

A Ciência Política está mais presente no 3º ano, onde os temas “cidadania”, “movimentos sociais” e “democracia” são os mais indicados pelas propostas curriculares estaduais, pontando, no Ensino Médio, o 3º ano como *locus* de temas da Ciência Política no interior da disciplina de Sociologia. Contudo, a presença do tema não significa um trato sob a perspectiva analítica da Ciência Política, sobretudo em um país onde apenas 13,7% dos professores são formados em Ciências Sociais (licenciados e bacharéis) (BODART; SILVA, 2016).

Referências

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>> Acesso em: 10, mai. 2017.

BODART, Cristiano das Neves; SILVA, Roniel Sampaio. Um “Raio-X” do professor de sociologia brasileiro: condições e percepções. *Estudos de Sociologia: Pernambuco*, v. 2, nº 22, 2016. Disponível em: < <http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/591>>

Acesso em: 20, maio. 2016.

BRASIL. MEC, Ministério da Educação e Cultura. *Organização Curricular Nacional-Sociologia*. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf> Acesso em: Mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Diário Oficial da União. Brasília, nº 248, 23/12/1996. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para o Ensino Médio*. Brasília, 2000a. Disponível e: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>> Acesso em: 02, dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM): Ciências Humanas e suas tecnologias*. Brasília, 2000b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf> . Acesso em: 10, jan. 2017.

BRASIL. *Projeto de Lei Federal nº 1641/2003*. Dispõe sobre a obrigatoriedade das disciplinas de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio. Brasília, 2003. Disponível em:< <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=127294>> Acesso em: 02, dez. 2016.

BRASIL. *Projeto de Lei Federal nº 7746/2010*. Dispõe sobre a obrigatoriedade da disciplina de Ciência Política no Ensino Médio. Brasília, 2010. Disponível em:< http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=793061&filename=Tramitacao-PL+7746/2010.> Acesso em: 02, dez. 2016.

GIGLIO, Adriano. *A sociologia na Escola Secundária: uma questão das Ciências no Brasil – anos 40 e 50*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999.

MAGALHÃES, Alexandre Soares. Para além dos conceitos: pensando práticas e métodos de ensino de Ciência Política no Ensino Médio. *8º Encontro da ABCP*, Gramado, 2012.

MORAES, Amaury. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 31, n. 85, p. 359-382, set.-dez. 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n85/04v31n85.pdf>> Acesso em: 20, mai. 2017.

MORAES, Livia Bocalon Pires de. Por uma Sociologia Relacional da História do ensino de Sociologia: cientistas sociais e espaço social acadêmico. *Revista Café com Sociologia*. V.4, nº3, 2015.

OLIVEIRA, Amurabi. O currículo de Sociologia na escola: um campo em construção (e disputa). *Espaço do currículo*, v.6, n.2, p.355-366, mai./ago. 2013. Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/15308>> Acesso em: 10, mar. 2017.

RÊSES, Erlando da Silva. *...E com a palavra: os alunos*. Estudo das representações sociais dos alunos da rede pública do Distrito Federal sobre a sociologia no ensino médio. Dissertação de Mestrado. Brasília, UnB, (março) 2004.

SANTOS, Mário Bispo dos. A sociologia no contexto das reformas do Ensino Médio. In: _____

CARVALHO, L. M. G. (Org.) *Sociologia e Ensino em debate*. Experiências e Discussões de Sociologia no Ensino Médio. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004, p.131-180.

SANTOS, Mário Bispo dos. Diretrizes curriculares estaduais para o ensino de Sociologia: em busca de um mapa comum. *Percursos*. Florianópolis, v.13, n.1, pp.40-59, jan./jun. 2012. Disponível em: < <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/2439/2066>> Acessado em: 20, jan. 2017.

SARANDY, Flávio. Propostas Curriculares em Sociologia. *Inter-legere*, s/v, n. 9, p. 61-84, 2011.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. O Ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, Amaury César (org.). *Sociologia: ensino médio*. Coleção Explorando o Ensino, v. 15. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

VILLAS BÔAS, Gláucia (Org). *A importância de dizer não e outros ensaios sobre a recepção da Sociologia em escolas cariocas, Série Iniciação Científica*, n. 8, 1998, pesquisa desenvolvida como parte das atividades do Núcleo de Pesquisas de Sociologia da Cultura (UFRJ).

CHEVALLARD, Yves. *La transposition didactique: du savoir savant au savoir enseigné*. La Pensée Sauvage Éditions: Grenoble, 1991.

ALVES, Eva Maria Siqueira; COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura. Aspectos Históricos da cadeira de Sociologia nos Estudos Secundários (1892 - 1925). *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 12, p. 31 - 51, 2006.

MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 5-20, abr., 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n1/v15n1a01.pdf>> Acessado em: jun. 2017.

SOUZA, Agnes Cruz de. *A Sociologia escolar: imbricações e recontextualizações curriculares para a disciplina*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Araraquara, 2017.

AZEVEDO, Fernando de. *Princípios de Sociologia: pequena introdução ao estudo de sociologia geral*. 11a edição. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

BODART, Cristiano das Neves. Fragmentos de Sociologia pré-acadêmica no ensino normalista de 1935. *Revista Em Debate* (UFSC), Florianópolis, volume 13, p. 30-51, 2015. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/viewFile/1980-3532.2015n13p30/32241>> Acesso em: Jun. 2017.

TAKAGI, Cassiana Tiemi Tedesco. *Ensinar sociologia: análise de recursos do ensino da escola média*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. 2007.

Recebido em: 23 de maio de 2017

Aceito em: 29 de junho de 2017